

**ANA CÍNTIA GONDIM GOMES**

**RELAÇÕES BRASIL – PAÍSES ÁRABES: A TENTATIVA DE  
APROXIMAÇÃO DOS GOVERNOS GEISEL E LULA**

**Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília**

**Universidade de Brasília**

**Orientadora: Prof. Dra. Norma Breda dos Santos**

**Brasília**

**2012**

Para Habib, minha inspiração

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre o Brasil e os países árabes em um contexto de maior aproximação, verificado no governo dos presidentes Geisel (1974 – 1979) e Lula (2003 – 2010). Faz-se um estudo inicial do mundo árabe, definindo-o e identificando suas prioridades, entre as quais se inclui a questão palestina. Em seguida, procura-se avaliar as iniciativas da diplomacia brasileira conduzida por Geisel e por Lula para os países árabes, considerando também a influência de seus antecedentes. Conclui-se que as relações permanecem aquém de seu potencial, mas reconhece-se que, de fato, houve um aumento da importância atribuída pela diplomacia brasileira ao mundo árabe, a exemplo das iniciativas de promoção das exportações brasileiras, da abertura de novas embaixadas, da definição de uma postura pró-árabe, do comprometimento assumido na Cúpula Aspa e, mais recentemente, da tentativa de mediar o conflito entre palestinos e israelenses.

Palavras-chave: Brasil, Países Árabes, Governo Geisel, Governo Lula, Aspa.

## **ABSTRACT**

The purpose of this article is to analyze the relations between Brazil and the Arab countries in a context of closest approach, found in the government of President Geisel (1974 – 1979) and Lula (2003 – 2010). First of all, the Arab world is studied and defined, as well as its priorities are identified, among which is the Palestinian conflict. Then, the article attempts to evaluate the initiatives of Brazilian diplomacy led by Geisel and Lula for the Arab world, also regarding to the influence of their previous governments. It is concluded that the relations remain below their potential, but it is recognized that, in fact, there was an increased emphasis placed by the Brazilian diplomacy to the Arab world, as seen in the efforts to promote Brazilian exports, in the opening of new embassies, in the support for the Arabs, in the commitment of Aspa and, recently, in the attempt to mediate the conflict between Palestinians and Israelis.

Key-words: Brazil, Arab countries, Geisel Government, Lula Government, Aspa.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I – O MUNDO ÁRABE	7
<b>1.1 Características do mundo árabe</b>	<b>7</b>
<b>1.2 Relações Brasil – Países Árabes</b>	<b>10</b>
II – Governo Geisel	13
<b>2.1 Antecedentes</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Relações Brasil – Países Árabes no Governo Geisel</b>	<b>15</b>
III – Governo Lula	20
<b>3.1 Antecedentes</b>	<b>20</b>
<b>3.2 Relações Brasil – Países Árabes no Governo Lula</b>	<b>23</b>
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	29

## INTRODUÇÃO

De uma maneira geral, o relacionamento com os países árabes reverte pouca importância para o Brasil, o que leva Messari (2006) a classificar o mundo árabe como uma região de baixa prioridade para a política externa brasileira, em contraste com os Estados Unidos e com os países da América do Sul, por exemplo. É preciso reconhecer, contudo, que houve períodos na história recente do Brasil nos quais essas relações se intensificaram. Durante o governo dos presidentes Geisel (1974 – 1979) e Lula (2003 – 2010), buscou-se um aprofundamento dos vínculos econômicos, políticos e culturais, o que motiva este trabalho a analisar as iniciativas do governo brasileiro nesses dois momentos e os resultados alcançados.

De início, faz-se necessário um estudo do mundo árabe, definindo-o, apontando as características mais importantes e alertando para a falta de consenso referente à sua identidade. Expõem-se também as prioridades internas e externas da região, constantemente tumultuada por guerras, para então iniciar a abordagem acerca do relacionamento entre os países árabes e o Brasil. A princípio, a agenda era pautada por fluxos migratórios, mas foi se diversificando em decorrência da intensificação dos contatos bilaterais e das trocas comerciais.

Em seguida, destacam-se as presidências de Geisel e de Lula e mencionam-se governos e acontecimentos históricos antecedentes, visto que geraram reflexos na diplomacia brasileira comandada por Geisel e por Lula. Abordam-se ainda as diferentes motivações que conduziram os dois governos a estreitar os laços com o mundo árabe, como a necessidade de ampliar as exportações, e as iniciativas de maior projeção, a exemplo do posicionamento pró-árabe frente ao conflito palestino e da Cúpula América do Sul - Países Árabes, idealizada pelo presidente Lula.

Embora escasso, o material bibliográfico referente às relações entre o Brasil e o mundo árabe é relevante para os propósitos deste artigo. Por meio da leitura de livros, artigos científicos, portais eletrônicos especializados e outras fontes de pesquisa, procurou-se verificar se a aproximação dos governos Geisel e Lula foi uma mera exceção na história da política externa do Brasil, confirmando a baixa prioridade atribuída à região, ou se de fato representou um aumento da importância do mundo árabe para o Brasil e vice-versa.

## **I – O MUNDO ÁRABE**

Devido às inúmeras divergências internas, é difícil definir o mundo árabe. De acordo com Messari (2005), tanto a definição em termos étnicos como a definição em termos históricos encontra resistências, de modo que predomina o entendimento do mundo árabe como todos os países membros da Liga dos Estados Árabes, também chamada de Liga Árabe. Ferabolli (2009) explica que, antes de ser criada a organização, procurava-se identificar aqueles que eram parte da comunidade “nós árabes”. A partir da criação da Liga Árabe, já não havia mais dúvida quanto ao que seria ou não um Estado árabe.

### **1.1 Características do mundo árabe**

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo árabe se viu ocupado pelas forças aliadas que insistiam em dominar suas regiões, promovendo uma intensa colonização. Com o aparente declínio da influência estrangeira, depositou-se no Egito, então o mais importante dos Estados árabes, a esperança de retomar a independência política e econômica. Foi assim que, no dia 22 de março de 1945, criou-se no Cairo a Liga Árabe, por meio da assinatura de um pacto entre os representantes dos setes únicos Estados árabes independentes: Síria, Transjordânia (depois Jordânia), Iraque, Arábia Saudita, Líbano, Egito e Iêmen.

Com a conquista da independência, outros países também passaram a fazer parte, como, por exemplo, a Líbia, em 1953, o Kuwait, em 1961, e a Somália, em 1974. Atualmente, 22 Estados são membros da Liga Árabe, sendo então estes os países que compreendem o mundo árabe: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina (Autoridade Nacional Palestina), Somália, Síria, Sudão e Tunísia.

No pacto de criação, os Estados assumiam a responsabilidade de estreitar as relações e os laços que os uniam, coordenando suas atividades políticas, com o objetivo de alcançar uma estreita colaboração entre eles, de salvaguardar sua independência e soberania e de considerar, de modo geral, os negócios e os interesses dos países árabes. Segundo Ferabolli (2009), ao enfatizar a proteção da

independência e da soberania, a Liga Árabe se constituía mais como uma confederação frouxa, com ênfase na coordenação e na cooperação, ao invés de ser um Estado federado ou um Estado unitário, com uma autoridade política central, que no futuro pudesse gerar um Estado Árabe Unido. Assim, demonstrava-se que a unidade árabe era uma questão de “sentimento”, e não de prática política.

Apesar de limitar o mundo árabe aos países da Liga Árabe, deve-se ter cuidado ao se referir a ele como um conjunto político-cultural homogêneo. Para Messari (2006), é preciso fazer uma reserva com relação à grande diversidade, isto é, às divergências religiosas, político-culturais e étnicas existentes nesse conjunto.

No denominado mundo árabe, questionamentos da identidade árabe vêm, principalmente, de minorias religiosas e étnicas. Faz-se (sic) referências às expressivas e amplas minorias Cristãs, assim como às menores minorias Judaicas, já que nenhuma das duas se reconhece no legado religioso do Islã. [...] Entre os próprios Muçulmanos, que constituem a maioria dos árabes, há uma variedade não apenas em termos das duas grandes famílias religiosas (sunitas e xiitas) mas também em termos de escolas religiosas (que são as escolas Hanafi, Hanbali, Maliki e Shafi'i). Existe também uma grande diversidade étnica, principalmente na África do Norte, onde existe uma forte minoria berbere em Marrocos, na Argélia e na Tunísia, e no Iraque, onde há uma minoria Curda (MESSARI,2006:246)

Deve-se fazer uma segunda reserva referente ao projeto de reconstrução de uma nação árabe, inicialmente sob a forma dos movimentos do partido Baat, na Síria, e depois do Nasserismo, no Egito. Para Messari (2006:245-246), tais movimentos não foram “nada mais do que versões de pan-arabismo misturado com socialismo – na forma de justiça social e econômica –, tudo no tempero árabe, ou seja, respeitando as tradições e o papel central da religião na sociedade”. Quando se afirma a existência de um mundo árabe, afirma-se também esse projeto específico que não é consensual nem mesmo dentro do próprio espaço geográfico.

Um outro fator que leva ao cuidado na generalização do mundo árabe como um conjunto homogêneo é o questionamento por cima da identidade árabe. Segundo Messari (2006), ativistas islâmicos questionam a restrição da identidade árabe e contrapõem a ela uma identidade muçulmana, substituindo o pan-arabismo por um pan-islamismo. Na realidade, os termos “árabe” e “muçulmano” coincidem originalmente. Na explicação de Demant (2008), os árabes, restritos à península da

Arábia, tornaram-se quase todos muçulmanos. Com a expansão dessa população, o Oriente Médio, inicialmente cristão, adotou o idioma arábico e o islã, de modo que o mundo muçulmano e o Oriente Médio coincidiam. Mais tarde, o islã chegou a outros continentes e atualmente abrange cerca de 1,5 bilhão de pessoas, concentradas da África ocidental até a Indonésia, passando pelo Oriente Médio e pela Índia. Com isso, o Oriente Médio passou a ser apenas uma das regiões do mundo muçulmano, onde vivem menos de 30% do total de muçulmanos.

Johann (2005) acredita que, apesar de muitas disputas e pluralidades, prevalece uma unidade na divisão. “Os árabes constituem-se (ou assim percebem-se) num povo e numa nação, e não uma coleção de países espalhados ao azar, passivamente disponíveis e acessíveis à intervenção e domínio a partir do exterior” (Johann,2005:385-386). Para Cervo (2008), a religião islâmica até faz a unidade, mas não torna efetiva a união desses povos. Em concordância, Penna Filho (2006) acredita que a união dos povos árabes, tanto por afinidade étnica como por afinidade religiosa, é um mito. Messari (2006), por sua vez, afirma que a busca por uma identidade gerou mais dinâmicas de conflito entre os Estados árabes que dinâmicas de cooperação e de harmonia entre eles.

Embora haja divergências na formação de uma identidade árabe fundada em características comuns, existe consonância no que diz respeito à percepção do Outro. Segundo Messari (2006), essa identidade tem sido construída com base na negação de Israel, de forma particular, e do Ocidente, de forma geral. Enquanto a criação do Estado de Israel, em 1948, significa uma derrota política e militar para os árabes; a crise do Sinai, em 1956, representa a percepção de uma conspiração Ocidental contra eles. Esses conflitos tornaram-se importantes para a definição de uma agenda comum a todos os países árabes, estando a questão palestina no centro das prioridades.

As distinções entre os povos árabes também contribuem para a maneira como eles se relacionam internacionalmente. De acordo com Messari (2005), a colonização francesa no Maghreb, por exemplo, influenciou a formação dos Estados nessa sub-região, assim como suas relações internacionais, de modo que a França continua a figurar ali como o principal parceiro político e econômico. Já no Mashreq, o Reino Unido não mais influencia tanto as antigas colônias, sendo gradativamente substituído pela influência dos Estados Unidos.

Devido à trajetória dos preços do petróleo nas décadas de 1970 e de 1980, o mundo árabe ganhou importância no cenário mundial. Conforme Messari (2005), o embargo dos países árabes exportadores de petróleo levou a uma alta de 400% do preço nos mercados internacionais, gerando o primeiro e o segundo choque do petróleo. No período que sucedeu a guerra fria, outros dois eventos foram determinantes para a elaboração da agenda do mundo árabe: a Guerra do Golfo, iniciada em 1990 com a invasão do Kuwait pelo Iraque, e a Conferência de Madri, em 1991, lançando o processo de paz no Oriente Médio.

Na opinião de Penna Filho (2006), o fato de os países árabes estarem situados em uma área que é o berço do islã e um ponto estratégico de contato entre continentes e civilizações também tem contribuído para uma maior visibilidade da região. “Mais recentemente, o fenômeno do fundamentalismo islâmico e a ação de grupos terroristas que professam a doutrina islâmica colocam a região como centro das atenções internacionais em termos de segurança e ameaça ao Ocidente” (Penna Filho, 2006:108). Messari (2005) acrescenta que, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, Israel conseguiu convencer os Estados Unidos de que a ameaça terrorista com a qual se deparavam era a mesma. Assim, o governo norte-americano passou a defender Israel abertamente, em detrimento dos palestinos.

Por último, os eventos decorrentes da Primavera Árabe expuseram a região e geraram tensão no cenário internacional. Apesar de englobá-los entre as prioridades da atual agenda política árabe, não será dada continuidade a esse estudo. Tais eventos são posteriores e, conseqüentemente, não apresentam ligação com os governos analisados neste trabalho.

## **1.2 Relações Brasil – Países Árabes**

De acordo com Chohfi (2001:9), “a mentalidade, a arte, a técnica e a cultura material árabes estão presentes desde a gênese ibérica do Brasil colônia”, com a marca da influência moura já vista nos primeiros séculos, tanto nos costumes da família patriarcal, como na arquitetura, nas técnicas de irrigação e até mesmo na fisionomia dos brasileiros. Conforme Maciel (2001), quando chegaram ao Brasil, os portugueses traziam excelente técnica naval árabe, aprendida com a convivência na

Península Ibérica, sendo essa uma das inúmeras contribuições para a formação da civilização portuguesa e para a construção da pátria brasileira.

Mais tarde, a partir das últimas décadas do século XIX, as influências foram aprofundadas com a imigração de sírios e de libaneses, que atualmente têm a maior comunidade fora de seus países justamente no Brasil. Para Ab'Sáber (2001:51), o intercâmbio cultural entre o Brasil e o mundo árabe “reduz-se, em grande parte, a um intercâmbio humano, altamente unilateral, relacionado com as correntes migratórias modernas feitas em direção à América do Sul”. Segundo o autor, predominou a imigração de homens, em detrimento de outros tipos de intercâmbio que atingissem o terreno das idéias, das ciências ou das técnicas. Já na esfera diplomática, o vínculo entre o Brasil e os países árabes teve início em 1924, com o estabelecimento de relações com o Egito.

Essas relações foram estabelecidas devido ao mérito do Brasil, pela industrialização florescente, e ao mérito do Egito, por sua importância no cenário árabe e internacional. Em seguida, em 1946, foram estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e o Líbano, por ter este último mercado aberto e em razão do grande fluxo migratório de libaneses para o Brasil, em consequência das perseguições que tinham sofrido no império otomano, principalmente os letrados, que chegavam a negar saber ler e escrever para não serem obrigados a servir ao exército otomano, haja vista o massacre ocorrido contra os povos sírio e libanês em 1860-61. Nesse período, estimulados também pela visita do imperador D. Pedro II do Brasil ao Líbano, o fluxo migratório de libaneses começou a direcionar-se para o Brasil, embora tenha-se dirigido, inicialmente, para os Estados Unidos e a Argentina (MAJZOUB,2001:61)

À medida que outros Estados árabes iam se emancipando, o Brasil aprofundava as relações e estendia a rede de embaixadas na região. Para Chohfi (2001), o Brasil tinha consciência da relevância dos novos atores no cenário mundial e, por isso, procurava convergir em diversos temas da agenda global, tendo como base a condição de serem países em desenvolvimento em busca de uma melhor inserção no sistema internacional. As novas relações diplomáticas que se firmavam entre o Brasil e os países árabes atualizavam o entrelaçamento entre a sociedade árabe e a sociedade brasileira.

Inicialmente pautada por acordos relativos aos fluxos migratórios, a agenda diversificou-se, na medida em que se intensificaram os contatos bilaterais e se ampliavam as trocas comerciais. Nos foros multilaterais, ampla coincidência de pontos de vista sobre os temas do desenvolvimento e da reparação das desigualdades econômicas entre os países facilitavam o diálogo entre as nossas chancelarias (MACIEL,2001:15)

Conforme explicado anteriormente, o choque do petróleo conferiu uma maior projeção ao mundo árabe no cenário internacional, inclusive no Brasil. Antes disso, segundo R. Silva (1988), o papel dos países árabes na política externa brasileira era restrito ao fornecimento de petróleo. Enquanto que mais de 75% do petróleo importado pelo Brasil vinham dos países árabes, as exportações e o intercâmbio diplomático eram inconstantes e incipientes. Com a crise do petróleo, entretanto, o Brasil foi obrigado a tomar conhecimento imediato do Oriente Médio não somente como exportador, mas também como possível mercado consumidor.

Ademais, até 1974 o governo brasileiro praticamente ignorou a questão palestina nos debates internacionais, votando a favor da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que dividiu a Palestina e criou o Estado de Israel e abstendo-se de votar quando foi aprovada a entrada de Israel na ONU. Somente a partir de 1974 que começou a ser definida uma posição favorável à causa palestina, com o Brasil reconhecendo a Organização para a Libertação Palestina (OLP) como única representante do povo palestino e votando pela condenação do sionismo como forma de racismo. Tais atitudes coincidiram com o período da crise do petróleo e com a procura por novos parceiros comerciais entre os países do Terceiro Mundo.

Ainda hoje, diante dos números do comércio exterior brasileiro, as trocas comerciais são relativamente fracas, o que faz Messari (2006) afirmar que o mundo árabe não é uma prioridade para o Brasil, assim como o Brasil não é uma prioridade para o mundo árabe. Todavia, segundo o autor, tal afirmação não significa que os sucessivos governos brasileiros conduziram da mesma maneira a política externa para aquela região. Ao contrário, houve momentos em que os laços econômicos, políticos e comerciais foram fortalecidos, de acordo com as mudanças ocorridas no cenário internacional, com as prioridades do mundo árabe e com os dilemas domésticos do Brasil. Exemplos dessa aproximação são os governos Geisel e Lula, analisados a seguir.

## **II – GOVERNO GEISEL**

A crise do petróleo, bem como a evolução do diálogo norte-sul e da Guerra Fria, conduziram a diplomacia brasileira a uma aproximação da maioria dos países em desenvolvimento, entre os quais se incluem os países árabes. De acordo com Santana (2006), além de garantir o abastecimento de petróleo, o Brasil buscava também mercados para os produtos da indústria nacional. Em consequência, houve uma série de iniciativas em direção ao mundo árabe durante a década de 1970, preenchendo um vazio diplomático da atuação brasileira e transformando a região em uma nova e importante área de interesse para o Brasil.

### **2.1 Antecedentes**

A política externa independente dos presidentes Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961) e João Goulart (1961 – 1964), que propunha uma mudança de enfoque ao desviar o eixo dominante das relações brasileiras de sul-norte para sul-sul, exerceu uma forte influência sobre os jovens diplomatas que ingressaram no Itamaraty nesse período e sobre a política externa que viria a ser desenvolvida em meados da década de 1970. Entretanto, em meio ao contexto da Guerra Fria, os governos militares de Castelo Branco (1964 – 1967) e de Costa e Silva (1967 – 1969) retornaram ao antigo eixo e à política externa brasileira baseada no alinhamento aos Estados Unidos, inaugurando uma política chamada pelo presidente Castelo Branco de “interdependente”.

Durante o governo Médici (1969 – 1973), o Brasil passou por um intenso crescimento econômico, o milagre econômico brasileiro, quando deu preferência ao relacionamento com países do Primeiro Mundo. O chanceler Mário Gibson Barbosa até tentou implantar uma política mais voltada para o Terceiro Mundo, mas prevaleceu a linha do ministro do Planejamento Antônio Delfim Neto. Nesse período, o governo brasileiro confirmou sua percepção sobre a necessidade de promover a penetração de produtos brasileiros no mercado árabe, em decorrência das importações de petróleo, que cresciam geometricamente. Não é à toa que, conforme Cervo e Bueno (2008:424), “ao final de 1973, o Brasil havia instalado embaixadas no Iraque e na Arábia Saudita, encarregados de negócios na Líbia e no Kuwait e firmado

convênios de comércio e cooperação técnica com Israel, Egito e Iraque”. Mesmo reconhecendo tais avanços, os autores afirmam que o governo Médici pouco progrediu e citam a posição de equidistância diante do conflito árabe-israelense, que não foi modificada, em meio à Guerra do Yom Kippur.

Souto Maior (2006) considera que, somente com o governo do general Ernesto Geisel (1974 – 1979), houve um claro ponto de inflexão na política externa brasileira seguida desde o golpe militar. A ênfase na identificação ideológica teria sido substituída por uma orientação pragmática, cuja primazia temática era explicitamente atribuída às questões econômicas e aos interesses nacionais. Em concordância, Lessa (1998:33) afirma que foi durante o governo Geisel que se processou “o definitivo deslocamento do principal eixo de estrangimento da ação internacional que o Brasil implementava há décadas para ampliar as bases de captação de recursos para o desenvolvimento”.

O ministro das Relações Exteriores Antônio Azeredo da Silveira buscava dar prioridade aos vizinhos latino-americanos, à África e aos países árabes, procurando uma universalização de parcerias. Para Lessa (1998), esse universalismo, favorecido pela deteriorização das relações com os norte-americanos, pode ser entendido como um fator de ampliação da liberdade diplomática, isto é, um reforço para os ganhos internacionais. Somado a ele, o pragmatismo adequava de forma eficiente os interesses nacionais aos estrangimentos internacionais. O autor considera que a política externa de Geisel tinha a necessidade de diversificar contatos e abrir novos mercados não apenas para compensar com exportações os crescentes déficits da balança de pagamentos, mas também para superar a retração de clientes tradicionais no mundo dos industrializados.

No início do governo Geisel, a vulnerabilidade do Brasil estava ampliada por diversos fatores, como o crescente endividamento externo, o alto consumo de petróleo como matéria-prima fundamental ao modelo de desenvolvimento econômico implantado e a demanda de bens de equipamento, quase que exclusivamente atendida por intermédio de importações. Diante dessa conjuntura, Altemani (2005:149) alerta que o pragmatismo de Geisel, ecumênico e responsável, não deve ser considerado exclusivamente derivado de interesses comerciais, tampouco simples decorrência de inflexões políticas: “a ênfase excessiva em uma só

dessas dimensões pode ser interpretada como uma simplificação do contexto mais amplo, qual seja o da estratégia da inserção do País no sistema mundial”.

Além dos fatores supracitados, devem ser considerados ainda os efeitos do primeiro choque do petróleo, consequência da Guerra do Yom Kippur. Para Altemani (2005:133-134), “a histórica decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em 1973, evidenciou a existência de uma nova situação objetiva e contribuiu para acelerar a conscientização dessa nova situação”. Segundo o autor, o caso da Opep ilustra as modificações que aconteciam no cenário internacional e a percepção de maior interdependência entre os Estados.

## **2.2 Relações Brasil – Países Árabes no governo Geisel**

Santos (2000) explica que, por importar cerca de 80% do total do petróleo consumido, o Brasil se encontrava vulnerável frente ao drástico aumento de preço. Por conta disso, desde o início do governo Geisel, o governo brasileiro tinha como questão essencial a ser gerida a garantia do fornecimento do petróleo. Apesar de relevante, R. Silva (1988) alerta que essa era basicamente a única pauta na política externa brasileira para o mundo árabe. Com o choque do petróleo e a influência do pensamento do ministro Delfim Neto de que era preciso exportar para poder importar, o aumento da exportação de produtos brasileiros passou a figurar como a principal meta da política externa para os países árabes.

Conforme M. Silva (2003), o saldo negativo na balança comercial com os países árabes era de US\$ 1,759 bilhão em 1974, já em 1978 era de US\$ 3,314 bilhões. Frente a esse déficit comercial, o governo Geisel iniciou um intenso trabalho de marketing com o objetivo de vender cada vez mais produtos e serviços brasileiros. A autora acrescenta que, ao fazer promoção das exportações brasileiras no Oriente Médio, o Itamaraty apresentava o Brasil como uma potência capitalista emergente em condições de oferecer as mercadorias demandadas, incluindo armamentos.

Houve vários simpósios, visitas e encontros de diplomatas, de políticos e de empresários promovidos pelo governo brasileiro, como as visitas do ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, em setembro de 1974. Pouco antes, em junho do mesmo ano, a Embaixada brasileira havia sido instalada nos Emirados Árabes Unidos e em Bahrein, enquanto que em julho foram estabelecidas relações diplomáticas com o Sultanato de Omã. Ademais, em 1974 a Petrobrás desenvolvia

amplo programa de pesquisas de petróleo no Egito, na Líbia, no Iraque, no Kuwait e na Arábia Saudita, com o objetivo de importar petróleo com a ampliação do prazo de pagamento junto às empresas estatais árabes.

Já havia alguns acordos entre o Brasil e os países árabes, como o acordo cultural entre Brasil e Egito. Entretanto, a partir de 1975 que foi intensificado o número de acordos realizados e de troca de visitas a embaixadas. R. Silva (1988) cita o acordo de tráfego aéreo com o Marrocos, que possibilitou viagens sem escala, diminuindo o preço do transporte e barateando os produtos transportados, assim como o acordo de tráfego marítimo com a Argélia, que facilitou o frete das mercadorias e abriu novas possibilidades de exportação de produtos e de serviços para os países árabes. Na verdade, a repercussão no mundo árabe foi pequena, de modo que, “apesar de numericamente expressivo, os acordos de transporte e comércio entre o Brasil e os países árabes não foram efetivados. A não agilização e aplicação dos acordos acabou por desestimular novas investidas no setor” (R. Silva, 1988:39).

Em 1976, o Brasil participou das feiras internacionais de Trípoli, de Argel, de Bagdá e de Damasco e realizou a primeira exposição industrial brasileira na Arábia Saudita. Já em 1977, além de estar presente em diversas feiras de promoção de exportações, o governo brasileiro organizou exposição industrial no Kuwait. Um ano depois, foi firmado o contrato entre o Consórcio Mendes Júnior-Interbrás e o Ministério dos Transportes do Iraque para a construção de estrada de ferro ligando Bagdá a Akashat. Santana (2006) ressalta que esse foi o maior contrato assinado por empresa brasileira no exterior.

M. Silva (2003) considera a relação com o Iraque como bem-sucedida, visto que as perspectivas de comércio foram promissoras, estabelecendo-se acordos de cooperação mútua em diferentes áreas. Em julho de 1976, por exemplo, o Iraque definiu a compra de minério de ferro e de óxido de alumínio ao Brasil, enquanto que no ano seguinte negociou a importação de artigos como automóveis, geladeiras, têxteis, carne e frango congelados, madeira e serviços para construção de estrada e de habitação. Segundo a autora, na mesma época o Brasil também acertou a venda de revólveres, de tanques de guerra, de carros de combate e de aviões.

Em 1978, diante de uma instabilidade política, o Irã suspendeu as exportações de petróleo, correspondentes a 25% das necessidades brasileiras. O Iraque, então, manifestou-se para suprir as importações do Brasil, em troca do comprometimento do governo Geisel em fornecer US\$ 500 milhões em material bélico, o que acabou por ser fornecido somente em 1979, já no governo Figueiredo. Conforme Santana (2006), foi assim que o Brasil manteve vínculos diplomáticos estreitos com o Iraque e fez dele o seu maior exportador de petróleo entre 1974 e 1979.

As relações com a Líbia e com a Argélia também se aprofundaram. De acordo com M. Silva (2003), em 1978 o Brasil negociou a expansão do comércio bilateral com uma Missão Governamental da Líbia, em visita a Brasília, visando à redução do déficit comercial provocado pelas importações de petróleo. Como resultado, a Líbia adquiriu 400 unidades de carros de combate fabricados pela indústria nacional bélica brasileira, em troca do fornecimento de petróleo. Para a Argélia, foram exportados 15 mil veículos em 1976, enquanto que o Brasil se comprometeu a importar fosfato. Dois anos depois, foi assinado um contrato com a Volkswagen do Brasil e com a Interbrás para a troca de petróleo por 17 mil veículos, recebendo um adicional de US\$ 1,5 milhão em novos veículos.

Afora as relações comerciais, em 1975 o governo brasileiro promoveu o reconhecimento da OLP como legítimo representante do povo palestino. Segundo Majzoub (2001), foram estabelecidas relações formais com os palestinos quando o Brasil autorizou a OLP a designar representante em Brasília, com assento no escritório da Liga Árabe. Além disso, “entre 1974 e 1977 foram concedidos mais de 10 agréments a embaixadores árabes no Brasil, se forem considerados os cumulativos com a Argentina e a ONU, como é o caso do Sultanato de Omã, em 1977” (R. Silva, 1988:35). A autora acrescenta que o Brasil enviou igual número de embaixadores aos países árabes.

De acordo com Lessa (2000:166), a tendência pró-árabe já se afirmava desde o início do governo Geisel, tanto é que “o Itamaraty, rapidamente, moveu-se para expressar o acordo do Brasil com os pontos de vistas árabes sobre os territórios ocupados por Israel e os direitos inalienáveis do povo palestino”. Para Santana (2006), o impacto da nova política para o Oriente Médio teve o seu ápice com a

redefinição da posição do Itamaraty diante da questão palestina, em 1975, consignando-a em três textos elencados a seguir:

Uma declaração de voto do chefe da delegação brasileira à XXX Sessão da ONU, em 10 de novembro, segundo a qual o povo palestino tem direito à autodeterminação e à soberania, cujo exercício é condição da paz para a região, devendo as tropas israelenses retirar-se de todos os territórios ocupados pela força. Na mesma Sessão, a delegação brasileira votou a favor de uma Resolução que declarava o sionismo forma de racismo, invocando a tradicional política anti-racista brasileira e estabelecendo uma distinção entre o apoio à existência de Israel e ao movimento sionista. Uma intervenção, enfim, do delegado brasileiro à Assembléia Geral, em 26 de novembro, aprovando a partilha da região para resolver a questão palestina (Cervo e Bueno,2008:424)

Segundo Santos (2000), o voto favorável à resolução n° 3.379, que qualificava o sionismo como forma de racismo e de discriminação social, representou uma brusca mudança no comportamento da diplomacia brasileira, marcado pela tendência à conciliação. Lessa (2000:167), por seu turno, considera que “o voto brasileiro assinala a total adesão ao ponto de vista árabe, rompendo a distância em detrimento de Israel, o que perturbou a alta hierarquia militar no Brasil e surpreendeu a opinião pública e os meios diplomáticos”. O autor ressalta que o Brasil foi um dos quatro países da América Latina que votaram a favor da resolução n° 3.379 e que, a partir de então, manifestou-se de forma coerente com a política adotada, especialmente em fóruns multilaterais.

Cervo e Bueno (1986) afirmam que o voto anti-sionista está ligado a uma atitude pragmática do Brasil, que objetivava manter um bom relacionamento com os países árabes não somente por conta da dependência do petróleo importado, como também pelo desejo de atrair recursos deles e pelo fato de os países do Oriente Médio serem um importante mercado para as vendas de armamentos de guerra convencionais. De acordo com Santos (2000), este último argumento foi rebatido pelo presidente Geisel mais de 20 anos depois, quando alegou que o Brasil nem sequer tinha produção de armas suficiente que pudesse justificar o voto.

Ao votar favoravelmente à resolução n° 3.379, o governo brasileiro não tinha certeza se a posição em favor dos pleitos árabes e em detrimento de Israel renderia frutos a curto e médio prazo, nem se evitaria um eventual boicote de fornecimento de petróleo. Para Lessa (2000), a política pró-árabe e o ânimo da promoção comercial

levaram o País a estabelecer acordos visando à consolidação de boas relações econômicas. Ao analisar os fluxos comerciais, o autor verifica que, na realidade, o comércio com a região permaneceu altamente deficitário para o Brasil e constata que os esforços de penetração no mundo árabe foram tardios, apressados e insuficientes.

Apesar do esforço sobre-humano da promoção comercial brasileira, as exportações do Brasil saltaram de 1% do total exportado, no período compreendido entre 1967 e 1972, para 3% entre 1973 e 1978, para chegar a 6% entre 1980 e 1985. Na medida inversa, as importações evoluíram de 6% do total entre 1967 e 1972 para incríveis 22% entre 1973 e 1978, para depois recuarem para civilizados 14% entre 1980 e 1985 (LESSA,2000:171)

Cervo e Bueno (2008) defendem que, mesmo diante de resultados aquém das expectativas, é inegável que o mundo árabe se tornou receptivo e aberto a um intercâmbio que se desenvolveria em fase posterior. M. Silva (2003), por sua vez, classifica as relações na região, de um modo geral, como bastante profícuas. Apesar do déficit comercial, que permanecia elevado, a autora afirma que o Brasil se consolidou no mundo árabe como exportador de manufaturados e de semi-faturados e permaneceu na década de 1980 como fornecedor de produtos industrializados, incluindo material bélico. Para Santana (2006), enquanto os resultados econômicos deixaram a desejar, os avanços diplomáticos foram consideráveis, haja vista o aprofundamento dos laços políticos com quase todos os países da região. Por conseguinte, segundo o autor, houve a retomada dos mecanismos de dinamização das relações bilaterais com os países árabes.

Cervo (2008) acredita que os frutos do posicionamento a favor dos palestinos não foram irrelevantes, tampouco as iniciativas no mundo árabe. Para o autor, seria um erro desperdiçar as oportunidades reais que se apresentavam à realização de interesses do Brasil, como, por exemplo, o novo rumo para as exportações. “Apesar do insucesso financeiro – os petrodólares dirigiam-se à Europa e aos Estados Unidos – uma densa rede de relações entre o Brasil e os países árabes estabelecia-se, enfim” (CERVO,2008:289).

### **III – GOVERNO LULA**

Além do governo Geisel, um outro período de maior aproximação entre o Brasil e o mundo árabe foi o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). De acordo com Cervo (2008), a nova orientação da política exterior, conduzida pelo governo Lula, pretendia recuperar a proximidade perdida com o movimento de retirada brasileira dos países árabes, observada no final do século XX. Desta vez, contudo, os objetivos não eram a busca de petrodólares nem a diversificação de fontes de fornecimento de petróleo. O interesse principal estava na expansão dos negócios, na penetração de empresas e no comércio de exportação.

#### **3.1 Antecedentes**

Segundo Cervo (2008), as relações entre o Brasil e o mundo árabe, intensificadas na década de 1970, mantiveram-se na década seguinte. Desde o fim da Guerra Fria, esse impulso veio perdendo forças, sobretudo em razão da interferência dos Estados Unidos nos novos eventos que marcavam a política mundial, a exemplo da Guerra do Golfo. Iniciada em 1990 com a invasão do Kuwait pelo Iraque, a primeira Guerra do Golfo gerou desunião nos países árabes, divididos no posicionamento quanto à invasão iraquiana e quanto à coalizão internacional para expulsar o Iraque do Kuwait. Enquanto isso, no plano internacional, a atuação no seio da ONU foi quase consensual, com tropas dos Estados Unidos liderando as tropas de vários países da Europa Ocidental e do mundo árabe.

A supremacia dos Estados Unidos no cenário político-militar internacional teve início nesse momento. Para os países árabes, isto se traduziu por uma acrescida dependência em relação aos Estados Unidos, e uma crescente valorização da sua presença na região: até os países do chamado Maghreb, que tradicionalmente faziam parte da esfera de influência francesa, passaram a dar uma grande prioridade para seu relacionamento com os Estados Unidos. O fato de o Iraque, até então um dos principais líderes do mundo árabe, e um país que procurou ocupar o lugar deixado vazio pelo Egito depois da assinatura de sua paz separada com Israel em 1978, ter passado a sofrer sanções do Conselho de Segurança da ONU apenas aumentou a fragilidade da reação árabe (MESSARI,2006:250)

O Brasil condenou a invasão do Kuwait, mas se absteve em mandar tropas para a retirada do exército iraquiano, por acreditar que a entrada em ação da coalizão comandada pelos Estados Unidos era precipitada. Para Messari (2005), esse foi um reflexo da tradição diplomática brasileira e da crença em soluções pacíficas para o conflito. O autor lembra ainda que, na época, reféns de várias nacionalidades, incluindo alguns brasileiros, foram tomados no Iraque para servirem de escudos humanos contra uma eventual invasão das tropas lideradas pelos norte-americanos. Paulo Flecha de Lima, então embaixador brasileiro em Londres, foi despachado para Bagdá e garantiu a volta dos brasileiros. Esse incidente, somado às sanções sofridas pelo Iraque e à supremacia dos Estados Unidos no Golfo depois da Guerra, geraram uma diminuição da presença brasileira no Oriente Médio.

Um outro evento que marcou a política mundial no período posterior à Guerra Fria foi o lançamento do processo de paz no Oriente Médio, na Conferência de Madri, em 30 de outubro de 1991, que acabou por determinar as prioridades do mundo árabe. Não houve participação do Brasil, apenas o apoio formal. Segundo Messari (2005), entre os resultados da Conferência de Madri estão a atuação cada vez mais assertiva dos Estados Unidos na política internacional e a perda de importância dos países europeus, do sudeste asiático, da África e da América do Sul entre os países árabes.

A ausência do Brasil da conferência de Madri, normal e natural, já que o país não tinha nenhuma função a desempenhar naquele contexto, apenas salientou a pouca relevância do mundo árabe para o Brasil, assim como do Brasil para o mundo árabe. Deve-se salientar que nessa mesma época, o nosso País estava empenhado em processos complexos: no plano doméstico, o processo de impeachment do então presidente Collor e sua substituição pelo seu vice-presidente, Itamar Franco. No plano regional, o Brasil e seus parceiros no Cone Sul reforçaram e fortaleceram sua cooperação no seio do Mercosul. Nesse contexto carregado politicamente, lidar com os desafios do mundo árabe não representava nenhum atrativo para a diplomacia brasileira, ou seja, na medida em que os interesses do Brasil não eram diretamente comprometidos nem ameaçados pela conferência de Madri, o Brasil não teve nenhum incentivo para participar do processo de paz lançado na capital espanhola em 1991 (MESSARI,2006:252)

Na opinião de Cervo (2008:290), a saída brasileira dos países árabes ocorreu de forma pontual, para em seguida tomar a dimensão regional, levando-se pela

“política primeiro-mundista de Fernando Henrique Cardoso (1993 – 2002), que não tinha escrúpulos em sacrificar avanços concretos do universalismo brasileiro no antigo Terceiro Mundo”. Para Messari (2006), o distanciamento foi fruto das dinâmicas políticas no Brasil e nos países árabes, que os fizeram priorizar questões internas no período correspondente ao primeiro mandato do presidente Cardoso.

Estipulando como metas para o Brasil a estabilização econômica, a inserção competitiva na economia mundial e a redinamização da diplomacia brasileira, o governo Cardoso optou pelo fortalecimento do Mercosul e pelo estabelecimento de uma relação mais harmoniosa com os Estados Unidos. Nesse contexto, embaixadas brasileiras no mundo árabe foram fechadas, enquanto que os laços comerciais diminuíram e o desconhecimento aumentou. Nos últimos anos do governo Cardoso, já no final da década de 1990, começou a haver uma reaproximação, motivada pelo desejo de diversificar as relações internacionais e pelas oportunidades de exportação e de investimento nos países árabes.

Um exemplo da reaproximação foi a organização de um seminário em Brasília em junho de 2000, onde estiveram presentes empresários e intelectuais brasileiros e árabes, o que contribuiu para o contínuo crescimento dos fluxos de comércio entre o Brasil e o mundo árabe, verificado nos três últimos anos do governo Cardoso. Entre 1999 e 2000, o intercâmbio comercial entre os dois lados cresceu a taxas de 12,58%, já entre 2000 e 2001 cresceu a uma taxa de 21,22%. Com esses dados, Messari (2006) verifica que, ao mesmo tempo em que se afastou politicamente dos países árabes no governo Cardoso, a diplomacia brasileira procurou uma reaproximação comercial nos últimos anos do mesmo governo. A partir de 2003, durante o governo Lula, a política exterior brasileira não somente buscou intensificar a estratégia de reaproximação econômica e comercial, como também procurou uma reaproximação política do mundo árabe.

Eleito com base na promessa de remediar o déficit social e de atenuar a vulnerabilidade externa do Brasil, o presidente Lula tentou promover o mundo multipolar e atribuiu grande prioridade à obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Conforme Cervo (2003), na busca pelo universalismo da política exterior, o governo brasileiro relançou a cooperação sul-sul, abandonada pelo governo Cardoso em favor da aliança com o Ocidente. Para o

autor, ao vincular o retorno do Brasil ao mundo árabe a propósitos de sua política regional e multilateral, que almejava fortalecer o poder nacional e aumentar as exportações, o presidente Lula conferiu coerência à sua ação externa.

### **3.2 Relações Brasil – Países Árabes no governo Lula**

O presidente Lula chegou ao poder em um contexto internacional marcado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, pela reação dos Estados Unidos, que iniciou a guerra contra o Iraque em março de 2003, e pelo acirramento do conflito palestino. Segundo Messari (2006:258), “os países árabes se deparavam assim com uma dupla frustração: a invasão de um país árabe por forças estrangeiras e a falta de perspectivas para o povo palestino estabelecer um Estado soberano”. Coincidentemente, a primeira entrevista do presidente Lula em rede de Rádio e Televisão foi no mesmo dia do início da invasão do Iraque, motivando-o a condenar a invasão e a defender a ação multilateral e pacífica.

Ainda no primeiro ano de governo, o presidente Lula organizou uma viagem presidencial a cinco países árabes (Emirados Árabes Unidos, Síria, Líbano, Egito e Líbia). Embora criticada por analistas políticos, a viagem teve resultados concretos, visto que as exportações brasileiras para a região, conforme Messari (2006), passaram de US\$ 2,6 bilhões em dezembro de 2003 para mais de US\$ 4 bilhões em dezembro de 2004. Além disso, houve o convite do presidente Lula a líderes árabes para a organização da Cúpula América do Sul – Países Árabes, a Aspa, reforçado pelo chanceler Celso Amorim em uma também criticada visita a dez países árabes.

O movimento de retorno do Brasil aos países árabes no início do século XXI causa preocupação nos dirigentes de Israel e em parte da opinião pública nacional, como ocorreu à época de Geisel, por efeito da primeira onda de aproximação. Sem razão, porquanto a diplomacia brasileira, que exercera importante influência sobre a criação do Estado de Israel por meio de seu representante e Secretário Geral das Nações Unidas, Oswaldo Aranha, logo após a Segunda Guerra, manteve invariável sua política de apoio à resolução da ONU que sugeria a existência de dois Estados, o judeu e o palestino. Essa parcela conservadora da opinião brasileira, com capacidade eventual sobre as decisões de política exterior e as relações internacionais do País como à época de Cardoso, guia-se por motivos culturais, talvez preconceitos, e não percebe os interesses concretos em jogo, a realizar ou deitar a perder (CERVO,2008:291-292)

A partir de 2004, com o apoio recebido dos convidados, começou o processo preparatório da Cúpula Aspa, compreendendo atividades de natureza e de objetivos diversos, incluindo encontros intergovernamentais, reuniões informativas nas embaixadas dos países participantes em Brasília e reuniões de coordenação com os países sul-americanos. Em setembro de 2004, foi realizado em São Paulo o “Diálogo América do Sul - Países Árabes”, com a participação de intelectuais das duas regiões no debate sobre aspectos culturais do mundo árabe. Já em Fortaleza e em Petrolina, houve seminários com peritos árabes e sul-americanos versando sobre a cooperação científica, técnica e tecnológica entre as regiões. Em março de 2005, um seminário em Marraqueche discutiu os “Aspectos Culturais na América do Sul”.

Nos dias 10 e 11 de maio de 2005, realizou-se então em Brasília a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da I Cúpula Aspa, reunindo 33 países (22 árabes e 11 sul-americanos). Foi o primeiro encontro internacional de porte, na história recente, fora da programação regular de trabalho da ONU. Com o propósito central de promover um intercâmbio crescente entre as regiões, a I Cúpula foi precedida de reuniões de Altos Funcionários no dia 8, assim como de reuniões de Chanceleres e de um evento empresarial no dia 9. Durante a programação, que incluiu encontros bilaterais, eventos sociais e reuniões plenárias, firmou-se o Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, prevendo a possibilidade de assinatura de um acordo de livre comércio, e encaminharam-se acordos entre o Mercosul, o Egito e o Marrocos.

Vagni (2005) explica que a Aspa tem seus objetivos baseados em aspectos políticos, econômicos e culturais. No âmbito político, busca aprofundar o diálogo inter-regional, entrar em acordo sobre os principais temas de ordem regional e internacional e intensificar a cooperação no seio dos foros multilaterais e entre as organizações regionais. Na esfera econômica, trata de estabelecer um novo parceiro de cooperação explorando as potencialidades de que dispõem as duas regiões, além de consolidar a cooperação sul-sul por meio de maiores intercâmbios comerciais, de turismo e de investimento. Já no plano cultural, busca novas vias de comunicação e de intercâmbio, a divulgação do patrimônio árabe nos países da América e vice-versa e o fomento da imagem do mundo árabe frente à sociedade civil e aos líderes sul-americanos. Segundo Cervo (2005), contrariando o desejo da diplomacia brasileira,

prevaleceu durante a I Cúpula a natureza política da Aspa, confirmada nos debates e no documento final, a Declaração de Brasília (ou Carta de Brasília).

Os países árabes fizeram aprovar uma condenação das sanções unilaterais norte-americanas à Síria e da ocupação israelense dos territórios palestinos. Por essa lógica, ingleses e argentinos foram convidados a superar seu diferendo sobre as Malvinas pela negociação. A longa carta de Brasília contém forte apelo à paz e condena o terrorismo, desclassificando, porém, a resistência à ocupação estrangeira, considerada direito de autodefesa. A mensagem política da Carta de Brasília assenta sobre as resoluções da ONU e sobre os princípios de autodeterminação e não intervenção, caros à diplomacia brasileira. É moderada e não deve incomodar aos Estados Unidos, mesmo sem fazer um apelo formal à democracia, porque vem assinada por seus aliados no mundo árabe, exceção feita à (sic) Israel (CERVO,2005:2)

Messari (2006) ressalta que também ficou explícito na Declaração de Brasília o posicionamento brasileiro a respeito da situação de genocídio no Darfur, na região Oeste do Sudão. Alinhado com a posição da Liga Árabe, o Brasil não apoiou uma ação decisiva da ONU, por acolher com satisfação as medidas já adotadas pelo governo sudanês. Para o autor, a Declaração pode ser considerada uma indicação da reaproximação política entre o Brasil e o mundo árabe, assim como um endosso da agenda política da região, o que frustrou vários analistas brasileiros e várias chancelarias estrangeiras. Contraditoriamente, no final do mesmo mês de maio, o chanceler Celso Amorim tranquilizou Israel ao visitar o país e reafirmar a tradicional posição brasileira diante do conflito entre palestinos e israelenses.

Na opinião de Cervo (2008:291), a I Cúpula representou para a política exterior brasileira “a revelação de que é hábil em produzir consensos internacionais, universalista e tolerante, apologética da convivência das diferenças, ainda valorativa da autodeterminação e da não-ingerência em assuntos internos de outros Estados”. Segundo o autor, da maneira como ocorreu, a reaproximação do Brasil com os países árabes não atrapalhou as relações com os Estados Unidos nem com a União Européia, justamente por apreciarem a moderação da política exterior do Brasil e sua capacidade de desarmar tensões. Por outro lado, a liderança brasileira entre os países em desenvolvimento provocou certos desgastes, especialmente na América do Sul. De acordo com Manzur (2005), criticou-se a postura de “triumfalismo” adotada pelo

Ministério das Relações Exteriores nos posicionamentos brasileiros em diversos foros internacionais, inclusive na Aspa.

Para Cervo (2005), o balanço econômico da I Cúpula foi relevante, pois mais de 800 empresários debateram sobre as oportunidades de comércio e de investimentos, promovendo o conhecimento mútuo. Em concordância, Manzur (2005) avalia que, a partir das conversações que tiveram como ponto de partida a Aspa, há um grande potencial de relações comerciais multilaterais e bilaterais. Segundo a autora, a expectativa do governo brasileiro era de um incremento de até 150% no comércio entre o Brasil e os países árabes, saltando de aproximadamente US\$ 8 bilhões para US\$ 20 bilhões. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), essa estimativa foi alcançada em 2008, quando a corrente de comércio ultrapassou os US\$ 20 bilhões.

De acordo com Vagni (2009), ao longo de quatro anos a Aspa foi avançando em seu processo de institucionalização e definindo seus órgãos e suas funções, com a realização regular de reuniões ministeriais, técnicas e de altos funcionários. Em 31 de março de 2009, realizou-se então a II Cúpula Aspa em Doha, no Catar. Influenciados por um contexto de crise econômica internacional, os dirigentes árabes e sul-americanos se posicionaram quanto ao impacto sofrido em suas próprias economias e reafirmaram no novo documento, a Declaração de Doha, a necessidade de gerar relações sólidas e dinâmicas entre as regiões, com o reforço da cooperação sul-sul.

Desde a realização da I Cúpula, em 2005, o intercâmbio comercial entre os países árabes e sul-americanos havia crescido 140%, com os países sul-americanos importando basicamente petróleo e seus derivados e exportando em especial carnes, leite, tubos de aço e reatores nucleares. Para Vagni (2009), contribuíram para esse crescimento o aumento do poder aquisitivo de alguns países árabes, a resistência da população árabe aos produtos de origem norte-americana e a aproximação política oriunda das viagens presidenciais e das missões comerciais.

Antes um entrave para o intercâmbio, a questão logística e a ausência de conexão direta marítima e aérea entre as regiões foram parcialmente resolvidas com a abertura de novas rotas aéreas, a exemplo de São Paulo-Beirute e de Doha-São Paulo-Buenos Aires. Apesar dos esforços resultantes da I Cúpula e das iniciativas da

II Cúpula, os números do comércio entre o Brasil e o mundo árabe caíram nos dois últimos anos do governo Lula, em decorrência da crise mundial.

Prevista para 2011, a III Cúpula teve de ser remarcada devido à Primavera Árabe. A nova data está agendada para os dias 26 e 27 de setembro de 2012 em Lima, no Peru. Segundo Vagni (2009), o conflito palestino, os regimes autocráticos e a debilidade nas práticas democráticas e pluralistas limitam o desenvolvimento dos países árabes e, conseqüentemente, incidem em seus relacionamentos externos, inclusive na Aspa. Por outro lado, a institucionalização dos encontros tem se apresentado como o caminho para o descobrimento entre os países sul-americanos e árabes, para a identificação de problemas comuns, para a busca de novos mecanismos de cooperação e para a vontade de alcançar uma presença mais influente no sistema internacional.

Afora a Cúpula Aspa, o presidente Lula demonstrou interesse pela região em diferentes oportunidades, inclusive apoiando a construção de um processo de paz e se oferecendo como mediador para o conflito entre palestinos e israelenses. Em março de 2010, por exemplo, viajou para Israel e, em seguida, para os territórios palestinos e para a Jordânia, com objetivos políticos e econômicos. Na ocasião, o presidente Lula declarou ser a favor da criação de um Estado Palestino, igualmente soberano, pacífico, seguro e viável, que deveria conviver com o Estado de Israel. Assim, verifica-se que o governo Lula não somente deu continuidade à reaproximação econômica e comercial do mundo árabe, iniciada no governo Cardoso, como também acrescentou a ela a reaproximação no plano político.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, estudou-se o relacionamento entre o Brasil e o mundo árabe e objetivou-se verificar se a tentativa de aproximação entre as regiões, conduzida especialmente durante o governo dos presidentes Geisel (1974 – 1979) e Lula (2003 – 2010), de fato representou um aumento da importância atribuída aos países árabes ou se foi apenas uma exceção em meio à tradicional baixa prioridade atribuída pela política externa brasileira à região.

Inicialmente, tratou-se de definir o mundo árabe, entendido como os 22 países integrantes da Liga Árabe. Ressaltaram-se suas características, incluindo a diversidade religiosa, étnica e político-cultural. Tumultuado por guerras e por situações de conflito que constantemente ganham destaque no cenário internacional, o mundo árabe prioriza a questão palestina em sua agenda, de modo que a posição pró-árabe assumida pelo governo brasileiro inspirou confiança e contribuiu para um maior estreitamento dos vínculos com a região.

Além de estudar o período correspondente às presidências de Geisel e de Lula, analisaram-se também seus antecedentes. Em um cenário internacional marcado pelo choque do petróleo, o presidente Geisel viu-se obrigado a aumentar as exportações para o mundo árabe, buscando equilibrar a balança comercial que era cada vez mais deficitária à causa do aumento de preço do petróleo. O presidente Lula, por seu turno, chegou ao poder no contexto posterior aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e procurou relançar a cooperação sul-sul, dando continuidade à reaproximação comercial dos países árabes, iniciada pelo governo Cardoso, e acrescentando a ela uma reaproximação política.

Embora intensificado, o comércio entre o Brasil e o mundo árabe permanece favorável aos países árabes. É preciso reconhecer, contudo, avanços além da esfera econômica. O Brasil aprofundou laços diplomáticos, estabeleceu relações com quase todos os países da região, firmou acordos, desenvolveu parcerias a partir da Cúpula Aspa e, mais recentemente, na figura do presidente Lula, ofereceu-se para mediar o conflito no Oriente Médio. Em suma, apesar de continuar aquém de seu potencial, o relacionamento entre o Brasil e os países árabes se intensificou, especialmente com a diplomacia dos governos Geisel e Lula, que atribuiu maior importância à região.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib (2001). Painel I: desenvolvimento das relações árabes brasileiras. In: FUNAG. *Relações entre o Brasil e o mundo árabe: construção e perspectivas*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, p. 27-54.

ALTEMANI, Henrique (2005), *Política externa brasileira*. São Paulo, Saraiva.

CÂMARA DE COMÉRCIO ÁRABE-BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.ccab.com.br/arabe-brasil/br/home.fss>>. Acesso em 26 de abril e 22 de novembro de 2011.

CERVO, Amado Luiz (2008), *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo, Saraiva.

CERVO, Amado Luiz (2005). A Cúpula América do Sul-Países Árabes: um balanço. *Meridiano* 47, vol. 58, maio 2005, p. 2-3. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/2685>>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

CERVO, Amado Luiz (2003). A política exterior: de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46 (1), p. 5-11. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100001&script=sci_arttext)>. Acesso em 26 de abril de 2011.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo (2008). *História da política exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília, Universidade de Brasília.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo (1986). *A política externa brasileira: 1822-1985*. São Paulo, Ática.

CHOHFI, Osmar V (2001). Apresentação. In: FUNAG. *Relações entre o Brasil e o mundo árabe: construção e perspectivas*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, p. 9-11.

DEMANT, Peter (2008), *O mundo muçulmano*. São Paulo, Contexto.

FERABOLLI, Sílvia (2009), *Relações internacionais do mundo árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*. Curitiba, Juruá.

FOUNDATION FOR MIDDLE EAST PEACE – FMEP. Disponível em: <<http://www.fmep.org/>>. Acesso em 26 de abril de 2011 e 14 de janeiro de 2012.

JOHANN, Juliana (2005), Percepções e prioridades externas no mundo árabe: visões a partir do terceiro setor. In: ARAUJO, Heloisa Vilhena de. *Diálogo América do Sul-Países Árabes*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, p. 384-468.

LESSA, Antônio Carlos (2000). Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: SANTOS, Norma Breda de (Org.). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília, Universidade de Brasília – UnB, p. 149-186.

LESSA, Antônio Carlos (1998). A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 41, p. 29-41. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300003)>. Acesso em 26 de abril de 2011.

MACIEL, Marcos Antônio de Oliveira (2001). Abertura do seminário. In: FUNAG. *Relações entre o Brasil e o mundo árabe: construção e perspectivas*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, p. 13-17.

MAJZOUN, Ismail (2001). Os fatores geo-históricos. In: FUNAG. *Relações entre o Brasil e o mundo árabe: construção e perspectivas*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, p. 55-79.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes (2005). Análise da Cúpula América do Sul-Países Árabes. *Meridiano 47*, vol. 58, maio 2005, p. 4-8. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/2685>>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

MESSARI, Nizar (2006), O Brasil e o mundo árabe. In: ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antônio Carlos (Orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Vol. I. São Paulo, Saraiva, p. 243-263.

MESSARI, Nizar (2005), Prioridades do mundo árabe. In: ARAUJO, Heloisa Vilhena de. *Diálogo América do Sul-Países Árabes*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, p. 351-383.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em 11 de janeiro de 2012.

M. SILVA, Heloisa Conceição (2003). *Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945-1979*. Tese de doutorado em História, Brasília: Universidade de Brasília, 627 p.

PENNA FILHO, Pio (2006). *A África e o Oriente Médio*. In: ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antônio Carlos (Orgs.). *Política internacional contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo, Saraiva.

R. SILVA, Silvana (1988). *Política externa brasileira para os países árabes de 1974 a 1984*. Dissertação de mestrado em História, Brasília: Universidade de Brasília, 55 p.

SANTANA, Carlos Ribeiro (2006). O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49 (2), p. 157-177. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292006000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

SANTOS, Norma Breda de (2000). O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós(?)-sionismo. In: SANTOS, Norma Breda de (Org.). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília, Universidade de Brasília – UnB, p. 19-70.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto P (2006). O “Pragmatismo Responsável”. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Gilhon (Org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*: Crescimento, modernização e política externa. Vol. I. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, p. 433-466.

TRAUMANN, Andrew Patrick (2007). *A diplomacia dos petrodólares: relações do Brasil com o mundo árabe (1973-1985)*. Dissertação de mestrado em História, Assis: Universidade Estadual Paulista, 114 p. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2007/traumann\\_ap\\_me\\_assis.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2007/traumann_ap_me_assis.pdf)>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

VAGNI, Juan José (2009). La Cumbre América del Sur – Países Árabes (ASPA): Balances de um acercamiento estratégico. *Revista de Estudios Internacionales Mediterraneos*, n 8, p. 185-196. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/teimrevista/numeros/numero-8-junio-diciembre-de-2009/la-cumbre-america-del-sur-paises-arabes-aspa-balances-de-un-acercamiento-estrategico>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2012.

VAGNI, Juan José (2005). Brasil y la Cumbre América del Sur – Países Árabes: ¿Encuentro estratégico o diplomacia de fanfarria? *Contra Relatos desde el Sur – Apuntes sobre África y Medio Oriente*. Córdoba. Año I, n 1, p. 101-128. Disponível em: <<http://www.cea.unc.edu.ar/africa-orientemedio/contrapdfs/01/9%20Vagni.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2012.